

Ministro critica Mesa por não punir deputado

auc p 3

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, criticou severamente a Mesa Diretora da Assembléia Constituinte por não ter adotado nenhuma medida punitiva — como a instauração de inquérito para a perda de mandato — contra o deputado Jayme Paliarin (PTB—SP), que na semana passada levou para a tribuna um penico, dizendo que ele se destinava ao presidente da CUT (Central Unica dos Trabalhadores), Jair Meneghelli, para que depositasse ali às infâmias e inverdades ditas contra o Centrão.

O ministro não poupou críticas também ao deputado Paliarin, enfatizando que nem «o maior inimigo» da Constituinte «chegaria a tanto».

Em artigo publicado na edição de ontem do jornal **Zero Hora**, de Porto Alegre, Brossard — que não mencionou o nome de Jayme Paliarin, nem a sigla da entidade inscrita no penico — asseverou: «Não sei de episódio mais deplorável em matéria parlamentar, mais baixo em matéria de educação. Nunca se viu coisa igual, nem parecida, em recinto parlamentar ou em qualquer recinto razoavelmente decente».

O ministro da Justiça admitiu que «muitas vezes a melhor postura é abandonada ou escapa uma expressão menos feliz ou um gesto menos apropriado. Uma situação imprevista, a rapidez da emergência, a irritação momentânea, o calor da discussão, a infelicidade do momento podem explicar a falta, embora não a justifiquem». No entanto, prosseguiu, «premeditadamente,



Paliarin: penico contra a CUT

levar para a tribuna parlamentar — a tribuna da Assembléia Nacional Constituinte — um penico devidamente empacotado e desempacotá-lo calmamente e deixá-lo sobre a tribuna, ao cabo do discurso, é coisa difícil de admitir fosse feita».

Quase ao final do artigo, Brossard voltou a condenar a Mesa da Constituinte por omitir-se diante do gesto do deputado. «Tão incrível como praticar o ato é tolerá-lo, como se nada de anormal ele configurasse. Serão preciso — concluiu o ministro — lembrar que por muito menos Barreto Pinto foi expulso da Câmara por falta de decoro parlamentar?».

DPF apura origem de cartaz

A Polícia Federal vai abrir inquérito para apurar as responsabilidades sobre a confecção dos cartazes contra parlamentares do Centrão, afixados em locais públicos das capitais e grandes cidades do interior. Ao mesmo tempo em que dão início às investigações, as superintendências regionais da Polícia Federal nos Estados vão solicitar às prefeituras a retirada dos cartazes dos locais onde estiverem afixados.

O porta-voz interino do DPF

(Departamento de Polícia Federal), João Martins, disse ontem que «não há o que discutir» ante a solicitação feita pelo procurador-geral da República, João Saulo Sepúlveda Pertence, na última sexta-feira, em atendimento ao pedido do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Os cartazes serão retirados mesmo antes de o inquérito concluir se a iniciativa das entidades constitui crime ou não.